

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

TACIANA PRISCILA PEREIRA

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS. PROPOSTA: GUIA TRILHAS DOS CAMPOS
GERAIS

PONTA GROSSA

2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE TURISMO

TACIANA PRISCILA PEREIRA

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS. PROPOSTA: GUIA TRILHAS DOS CAMPOS
GERAIS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do Título de
Bacharel em Turismo, Setor de Ciências
Sociais e Aplicadas, Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Luíz Fernando de
Souza, Co-orientadora: Dra Jasmine
Cardozo Moreira.

PONTA GROSSA

2011

Á Deus, pela vida, e aos meus pais, José e Maura, pelo amor incondicional, dedicação e por me ensinarem o valor de uma conquista.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Luíz Fernando de Souza, que me transmitiu os conhecimentos com paciência e atenção.

À Prof. Dra. Jasmine Cardozo Moreira, que conduziu este trabalho e me auxiliou na construção do conhecimento.

Aos professores do Departamento de Turismo da UEPG, que me despertaram a paixão pelo Turismo.

Aos meus colegas de curso que me motivaram a cada dia buscar mais, ir mais além.

À todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta pesquisa e desta graduação.

"Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver".
(Amir Klink)

SUMÁRIO

<u>LISTA DE FIGURAS</u>	vi
<u>RESUMO</u>	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES	3
2.1 SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	4
2.2 ECOTURISMO	8
2.3 TURISMO DE AVENTURA.....	12
2.4 GEOTURISMO.....	15
3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	18
3.1 CONCEITOS	Erro! Indicador não definido.
3.1.1 Parque Nacional.....	20
3.1.2 Parque Estadual.....	21
3.2 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	22
3.2.1 Trilhas.....	24
3.2.1.1 Classificação das trilhas.....	26
3.3 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	30

3.4	PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ	31
3.5	PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS.....	33
4	PROPOSTA: GUIA “TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS”	35
4.1	PROJETO TRILHAS DE SÃO PAULO: CONHECER PARA CONSERVAR....	35
4.2	PROJETO: “TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS”	37
4.2.1	Metodologia para desenvolvimento do guia: “Trilhas dos Campos Gerais”	38
4.2.2	Conteúdo do guia.....	38
4.2.3	Dimensões e outras características.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6	REFERÊNCIAS.....	44
7	ANEXO 1.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – FORMAÇÕES ROCHOSAS DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA	22
Figura 2 – PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ	23
Figura 3 – TRILHA CIRCULAR	23
Figura 4 – TRILHA “OITO”	24
Figura 5 – TRILHA LINEAR	24
Figura 6 – TRILHA ATALHO	25
Figura 7 – PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA. LAGOA DOURADA	25
Figura 8 – PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ	26
Figura 9 – GUIA TRILHAS DE SÃO PAULO	26

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo desenvolver um estudo sobre as atividades de Turismo em Áreas Naturais, abordando o Ecoturismo, Turismo de Aventura e Geoturismo, abordando principalmente atividades relacionadas à utilização de trilhas. Essa discussão dá-se devido à potencialidade da região dos Campos Gerais-Paraná para o desenvolvimento dessas segmentações. A partir deste estudo bibliográfico, analisando também um programa implantado no Estado de São Paulo (Trilhas de São Paulo: Conhecer para conservar), além de pesquisas desenvolvidas “in loco”, o presente trabalho apresenta uma proposta de criação de um guia contendo informações sobre as trilhas encontradas nas seguintes Unidades de Conservação: Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Guartelá e Parque Nacional dos Campos Gerais, com o objetivo de divulgar e fomentar este tipo de Turismo na região.

Palavras chave – Turismo em Áreas Naturais, Campos Gerais, trilhas.

1. INTRODUÇÃO

Com o aumento significativo da população em meio urbano, o chamado Turismo em áreas naturais, tem ganhado forte estímulo, sendo atrativo para turistas de perfis diferentes dos observados no início da atividade turística. Atualmente, o turismo em áreas naturais engloba desde crianças até a terceira idade.

Tal crescimento e popularidade pode trazer diversos impactos para o meio ambiente natural, sendo que o turismo possui a potencialidade de causar vários impactos adversos nos ambientes que utiliza. A realidade mostra que qualquer tipo de Turismo de natureza, promove algumas reestruturações permanentes do meio ambiente e aumenta o número de pessoas nas áreas turísticas ou a possibilidade de que os impactos adversos sejam sentidos.

Com a preocupação cada vez mais freqüente acerca do meio ambiente natural, a prática de atividades relacionadas com a natureza tem sido procurada mais intensamente na última década. A atividade, além de proporcionar contato direto com o meio ambiente, traz a possibilidade de agregar status para quem a pratica, uma vez que o exercício da sustentabilidade tem sido discutido com freqüência.

Devido ao número crescente de adeptos, o turismo de natureza percebe a necessidade de desenvolver maneiras de minimizar os impactos, buscando a sustentabilidade e conservação dos locais visitados.

Os meios interpretativos surgem então, como forma de educar o turista acerca da postura a ser tomada em uma área natural. Dentre os meios interpretativos existentes, pode-se citar a utilização de trilhas, nas quais o turista, além de ter contato com a natureza, pode aprender mais sobre o ambiente em que está se inserindo.

O presente trabalho teve como objetivo geral utilizar as trilhas interpretativas como forma de promover o Turismo em Áreas Naturais da região dos Campos Gerais, Paraná, por meio da criação de um guia contendo informações sobre as trilhas das seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional dos Campos Gerais; Parque Estadual de Vila Velha e Parque Estadual do Guartelá.

A metodologia utilizada é a bibliográfica, observando também um caso de sucesso no Brasil acerca do tema discutido (Trilhas de São Paulo: Conhecer para conservar), além de pesquisa “*in loco*” para catalogação das trilhas abordadas.

Utilizando trilhas para a educação e interpretação ambiental, o Projeto *Trilhas de São Paulo: Conhecer para Conservar* é um bom exemplo. Apresenta um guia contendo informações diversas acerca de trilhas existentes nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. O guia contém itens que facilitam a compreensão do turista sobre o local a ser visitado, despertando interesse pela natureza existente no estado.

Além disso, o guia possui itens explicativos para o turista, com dados que visam educar os visitantes sobre como agir em áreas de conservação, regras de conduta que, se seguidas corretamente, podem auxiliar de forma significativa na conservação e manutenção da natureza da região. A partir das “Trilhas de São Paulo, então, surge a proposta do guia “Trilhas dos Campos Gerais”

Seguem, nos próximos itens, alguns conceitos e considerações sobre Turismo em áreas naturais (capítulo dois), Unidades de Conservação (capítulo três), análise do Programa Trilhas de São Paulo e proposta para desenvolvimento do guia: Trilhas dos Campos Gerais (capítulo quatro).

2 TURISMO EM ÁREAS NATURAIS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Com o aumento significativo da população em meio urbano, o chamado Turismo em áreas naturais, tem ganhado forte estímulo, sendo atrativo para turistas de perfis diferentes dos observados no início da realização dessa atividade. Atualmente, o turismo em áreas naturais engloba desde crianças até a chamada “melhor idade” (idosos). Como afirma Ruschmann (P. 14, 1997):

“as condições de vida têm se deteriorado nos grandes conglomerados urbanos e conduzem ao fato de que uma parcela crescente da população busca, durante as férias, os fins de semana, os feriados, as regiões com belezas naturais- longe das cidades [...]”

Diante disso, segundo MECKERCHER (2002):

“o turismo de natureza, cujo crescimento estimado é de 10% a 30% abrange ecoturismo, turismo responsável, de aventura, educacional, antiturismo, o turismo sustentável e muitas outras formas de turismo ao ar livre e alternativo [...]”

Quando se diz respeito à clientela adepta ao turismo em áreas naturais, encontramos pessoas mais exigentes, com grau de escolaridade geralmente mais elevado e com a sensibilidade ambiental aguçada. Os turistas, ao visitarem um local no qual a natureza prevalece, não exigem instalações luxuosas nem sofisticação. Seu desejo é encontrar o equilíbrio com o meio natural e a qualidade nos serviços oferecidos. Nesse sentido, RUSCHMANN (1997, p. 27) defende que:

“o turismo nos espaços naturais não é apenas modismo de uma época e a opinião pública tem se conscientizado, cada vez mais, da necessidade de proteger o meio ambiente. Se, pelo lado da demanda, a motivação “contato com a natureza” se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida passa a ser um argumento comercial importante. Assim, o turismo de qualidade pode tornar-se economicamente viável, desde que associado a proteção dos espaços naturais e à excelência dos serviços e equipamentos oferecidos aos clientes[...]”

Devido a essa grande procura e utilização dos espaços naturais para a atividade turística, torna-se necessário um planejamento que vise, principalmente, alcançar a sustentabilidade do local, porque como diz RUSCHMANN (1997, p. 19):

“o contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as conseqüências do fluxo em massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis (...) devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente”

Diante disso, segue o item sobre sustentabilidade na atividade turística.

2.1 SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

Sustentabilidade é buscar o mínimo impacto possível na exploração de alguma área ou o uso dos recursos naturais ou não, buscando sempre o equilíbrio entre o homem e o ambiente. Algumas pessoas consideram se adaptar a um modo de vida sustentável inviável, porque para garantir a sustentabilidade ambiental devemos praticamente abandonar o modo de vida que conhecemos e praticamos até hoje, e criar a consciência de que a exploração desenfreada só nos levará para a degradação do planeta.

A população deve se tornar cada vez mais estimulada e adepta das mudanças que já começaram, e os resultados mesmo que pequenos devem servir de exemplos para o crescimento dessa consciência fazendo com que outras pessoas as pratiquem.

Sustentabilidade pode ser definida também como a capacidade de suprir as necessidades atuais sem prejudicar ou comprometer a capacidade das gerações futuras fazerem o mesmo.

O Turismo, que é um segmento importante para o desenvolvimento de alguns países, está buscando cada vez mais a minimização de impactos ambientais. Devido ao relacionamento entre o turista e o destino turístico é imprescindível o aproveitamento de conceitos de sustentabilidade.

O Turismo Sustentável é a combinação perfeita para o desenvolvimento com base em um crescimento econômico e equitativo, com respeito às tradições e costumes locais, que incentive a conservação da história, da biodiversidade e que, principalmente, proporcione uma relação de respeito, dignidade e orgulho entre as pessoas (turistas) e as comunidades (destinos turísticos).

Para conseguir essa sustentabilidade no turismo devemos nos basear na importância do planejamento em longo prazo, e na utilização de indicadores de desempenho que monitorem a valorização econômica ambiental, e socioambiental.

Para o Ministério do Turismo (2010, p.17):

“O conceito de sustentabilidade, embora de difícil delimitação, refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”. Em uma abordagem mais ampla, visa promover a harmonia dos seres humanos entre si e com a natureza. Utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas”

Segundo RUSCHMANN (p. 27, 1997): é preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação.

Com base no conceito do Destination Scorecard do National Geographic Traveler (2004), os conceitos de ecoturismo e a atenção dada ao segmento foram fundamentais para chamar atenção para a importância de sustentabilidade do crescimento do turismo e responsabilidade na operação de todo tipo de turismo. Turismo sustentável, porém não é um produto, é um conceito interno. O seu poder de marketing só tem valor quando considerado como ingrediente essencial de produtos de turismo de qualidade, que pode ser ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural e até turismo de sol e mar.

Fundamentado na Agenda 21, em 1996, três organizações internacionais (Organização Mundial do Turismo, o Conselho Mundial de Turismo e Viagens e o Conselho da Terra) uniram-se e lançaram um programa setorial de desenvolvimento sustentável intitulado Agenda 21 para a indústria das viagens e do turismo (*Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*).

Este documento contém áreas de ações prioritárias, com objetivos definidos e etapas sugeridas para alcançá-los. O documento dá um destaque especial à importância de parcerias entre os governos, a indústria turística e as organizações não governamentais analisam a importância estratégica e econômica das viagens e do turismo e realça os enormes benefícios que surgirão ao tornar esta indústria sustentável.

Segundo o mesmo documento, a estrutura de suporte para o desenvolvimento sustentável a ser estabelecida pela indústria das viagens e turismo deverá ter como base a declaração de desenvolvimento e ambiente efetuada no Rio de Janeiro(1992) da qual emergem os seguintes princípios básicos:

- 1- A indústria do turismo deverá contribuir para que as pessoas tenham padrões de vida saudáveis e produtivos em harmonia com a natureza;

- 2- O turismo e as viagens deverão contribuir para a conservação, proteção e recuperação do ecossistema da terra;
- 3- A indústria turística deverá basear-se em padrões sustentáveis de produção e consumo;
- 4- O turismo e as viagens, a paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são independentes;
- 5- O protecionismo no comércio dos serviços de viagens e turismo deverá ser detido ou invertido;
- 6- A proteção ambiental deverá ser parte integrante do processo de desenvolvimento turístico;
- 7- Os assuntos e decisões do desenvolvimento turístico deverão ser tratados com a participação dos cidadãos que se preocupam com essas questões. Para tal, deverão ser tomadas decisões de planejamento a nível local;
- 8- As nações deverão alertar-se mutuamente quando ocorrerem catástrofes e desastres naturais, os quais ponham em risco áreas turísticas ou os próprios turistas;
- 9- A indústria turística deverá usar da sua capacidade para criar postos de trabalho, quer para pessoas do sexo feminino, quer para toda a população local;
- 10- O desenvolvimento turístico deverá reconhecer e apoiar a identidade, a cultura e os interesses da população local;
- 11- As leis internacionais de proteção do ambiente deverão ser respeitadas pela indústria das viagens e turismo.

Para os departamentos governamentais, administrações nacionais de turismo e as organizações comerciais, o alvo mais importante consiste em estabelecer sistemas e procedimentos que incorporem considerações sobre um desenvolvimento sustentável no âmago do processo da tomada de decisão a fim de se identificarem ações que tornem o desenvolvimento do turismo sustentável em

algo real. Essas ações pretendem estabelecer a sustentabilidade na atividade Turística, estimulando profissionais, destinos e turistas.

As nove áreas de ação prioritárias são, de acordo com a Agenda 21 são:

- 1- Avaliar a capacidade de a estrutura regulamentar, econômica e voluntária existente para fazer surgir o turismo sustentável;
- 2- Avaliar as implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais inerentes às operações das organizações;
- 3- Promover a formação, educação e conscientização do público;
- 4- Planejar o desenvolvimento do turismo sustentável;
- 5- Facilitar a troca de informação, especializações e tecnologias relacionadas com o turismo sustentável entre países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- 6- Proporcionar a participação de todos os setores da sociedade;
- 7- Planejar novos produtos turísticos com sustentabilidade no seu âmago, como sendo parte integrante do processo de desenvolvimento turístico;
- 8- Aferir a medição do processo em direção a um desenvolvimento sustentável;
- 9- Constituir parcerias para um desenvolvimento turístico sustentável.

Para as empresas, o objetivo principal é estabelecer sistemas e procedimentos para integrar questões sobre desenvolvimento sustentável a nível central das funções de gestão. As empresas do ramo turístico devem, como prioridade, em suas instalações e atitudes, promover o uso sustentável onde estão inseridas e realizam suas atividades.

Consideram-se dez áreas prioritárias de ação:

- 1- Minimização de resíduos;
- 2- Conservação e gestão de energia;

- 3- Gestão de águas superficiais;
- 4- Gestão de águas residuais;
- 5- Substâncias perigosas;
- 6- Transporte;
- 7- Gestão e planeamento do uso do solo;
- 8- Envolvimento de quadros de pessoal, clientes e comunidades em questões ambientais;
- 9- Design para a sustentabilidade.

O turismo não deve se focar apenas no aspecto econômico, mas também deve principalmente levar em conta as atitudes de preservação ambiental, e a importância do patrimônio cultural e os valores presentes em cada comunidade que faz parte do entorno turístico. Como também procurar disseminar a consciência ecológica através da educação ambiental, priorizar o uso de matérias menos impactantes ao ambiente, enfim, dar bons exemplos de atitudes ditas sustentáveis.

Trataremos a seguir de algumas das modalidades praticadas pelos turistas de natureza: Ecoturismo, Turismo de Aventura e o Geoturismo.

2.2 ECOTURISMO

Se tratando da atividade denominada como Ecoturismo, segundo a Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo)(1994), é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

O Ministério do Turismo (2010, p. 11) defende que: o Ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística. No decorrer dos anos, a atividade vem se

desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável.

Para RUSCHMANN (p. 61, 1997):

“o Ecoturismo, conceitualmente entendido como uma forma de viajar que incorpora tanto o compromisso com a proteção da natureza como a responsabilidade social dos viajantes para com o meio visitado, tem contribuído para diminuir os impactos negativos da atividade sobre as localidades turísticas. É definido pela Ecotourism Society (LINDEBERG e HAWKINS 1993, p. 8) como “uma forma responsável de viajar em áreas naturais, que conserva o meio ambiente e proporciona bem-estar aos moradores das destinações [...]”

A partir disso, pode-se distinguir o Ecoturismo do Turismo “tradicional” a partir do objetivo do turista. O Ecoturista busca, na essência de sua viagem, o contato direto e intenso com a natureza, conhecendo-a e experimentando-a a fim de fazer parte da mesma, preocupando-se sempre com a conservação do ambiente. Já o turista tradicional busca em suas experiências principalmente a contemplação do produto turístico, ou seja, a forma estética.

Segundo o Ministério do Turismo (2010, p. 11):

“O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal. O desenvolvimento sustentável é um conceito que visa harmonizar o crescimento econômico com a promoção da igualdade social e preservação do patrimônio natural, garantindo que as necessidades das atuais gerações sejam satisfeitas sem, contudo, comprometer o atendimento às necessidades das gerações futuras”.

Para que a prática do Ecoturismo aconteça, segundo o site Trilhas e Aventuras (acesso em 10/05/2011), a atividade deve ter as seguintes características:

“respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo das comunidades locais; respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente e interação educacional - garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico”

Segundo Salvati, (apud WTO,1994), o ecoturismo já é praticado por cerca de 5% do contingente total de viajantes, com perspectivas de um crescimento acima da média do mercado turístico convencional (cerca de 20% / ano), transformando-se num dos mercados mais promissores, principalmente em países com significativas reservas naturais, como os da América Latina.

Com a preocupação cada vez mais freqüente acerca do meio ambiente natural, a prática de atividades relacionadas com o Ecoturismo tem sido procurada mais intensamente na última década. A atividade, além de proporcionar contato

direto com o meio ambiente, traz a possibilidade de agregar status para quem a pratica, uma vez que é considerada uma prática sustentável, podendo tornar a atividade massificada.

Isso pode se confrontar, muitas vezes, com os princípios do Ecoturismo, já que tem como característica a conservação do meio em que está inserido, precisando muitas vezes, limitar o número de turistas, evitando o chamado Turismo de “massa”.

Para controlar a numerosa demanda, RUSCHMANN (p. 17, 1997), defende que:

“o turismo sustentável incrementará os custos de seu desenvolvimento, que se reverterão no aumento do preço das viagens para os turistas. A determinação da capacidade de carga dos espaços turísticos limitará o acesso de pessoas em determinadas áreas , o que gerará uma demanda maior que a oferta que, conseqüentemente, aumentará os preços para os visitantes. Por isso, o turista de massa não terá acesso a esses espaços e o turista de elite voltará a predominar nesse contexto”.

Tratando dos produtos oferecidos pelo Ecoturismo, a escolha e formatação dos mesmos requer cuidados nas mais variadas áreas, devido a fragilidade do local e dos recursos naturais utilizados, já que, geralmente são recursos singulares e com particularidades relevantes para todo o ecossistema. Nesse sentido, o Ministério do Turismo (2010, p. 12) apresenta:

“Os produtos de Ecoturismo apresentam peculiaridades que vão desde a escolha da área natural, a identificação da legislação ambiental pertinente, a seleção de atrativos naturais a serem ofertados, as atividades contempladas, até a aplicação de um marketing responsável, associado à promoção e comercialização, observando-se o caráter ecológico – que ampliam as reflexões ambientais e a interpretação socioambiental com inserção das comunidades locais receptoras.”

O Ministério do Turismo (2010, p. 28) apresenta como atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo:

- **Observação de fauna:** Relaciona-se com o comportamento e habitats de determinados animais.
- **Observação de flora:** Permite compreender a diversidade dos elementos da flora, sua forma de distribuição e as paisagens que compõem um bioma, devendo estar associada às possibilidades de interação com a fauna silvestre existente na localidade e região. Os usos tradicionais das comunidades locais sobre as plantas (usos medicinais, cosméticos, ornamentais) despertam muito interesse, podendo ampliar as experiências dos visitantes e promover o uso sustentável de elementos que integram as áreas visitadas.

- **Observação de formações geológicas:** Atividade ainda tímida no País que consiste geralmente em caminhada por área com características geológicas peculiares e que oferecem condições para discussão da origem dos ambientes (geodiversidade), sua idade e outros fatores, por meio da observação direta e indireta das evidências das transformações que ocorreram na esfera terrestre.
- **Visitas a cavernas (Espeleoturismo):** Atividade recreativa originada da exploração de cavidades subterrâneas, também conhecida por espeleologia – estudo das cavernas. As cavernas atuam como habitat ideal para a conservação de espécies ameaçadas de extinção, tanto da fauna como da flora e cada vez mais, tornam-se fontes de atividades economicamente importantes, das quais advêm benefícios financeiros, tais como o Ecoturismo e a prática de esportes e de recreação. Além de exercerem fascínio pela grande beleza cênica que apresentam e por representar um desafio para a humanidade, são reservas hidrológicas estratégicas para o abastecimento de cidades, agricultura e indústrias.
- **Observação astronômica:** Observação de estrelas, astros, eclipses, queda de meteoros, em locais preferencialmente com reduzida influência de iluminação artificial.
- **Mergulho livre:** Mergulho no mar, rios, lagos ou cavernas com o uso de máscara, snorkel e nadadeiras, sem equipamentos autônomos para respiração.
- **Caminhadas:** Percursos a pé em itinerário predefinido. Existem caminhadas de um ou mais dias com a necessidade de carregar parte dos equipamentos para pernoite em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, em pousadas ou casas de família.
- **Safáris fotográficos:** Itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte.
- **Trilhas interpretativas:** Conjunto de vias e percursos com função vivencial, com a apresentação de conhecimentos ecológicos e socioambientais da localidade e região. Podem ser autoguiadas por meio de sinalização e mapas ou percorridas com acompanhamento de profissionais, como Guias de

Turismo e Condutores Ambientais Locais. As trilhas podem ser um dos principais atrativos de uma localidade, mas em função da quantidade de informações disponíveis no ambiente, faz-se necessário identificar locais de maior potencial de atratividade ao visitante, para que este possa ter ampliado sua satisfação e interesse nos momentos de interatividade. A depender da trilha e do grau de dificuldade, podem conter sinalização, equipamentos de proteção e facilitadores – corrimões, escadas e pontes, proporcionando interação no ambiente e a compreensão da responsabilidade para com os recursos naturais.

O presente trabalho pretende utilizar as trilhas interpretativas, mencionadas no item acima como forma de educação ambiental e também como instrumento de fomento do Turismo em Áreas Naturais na região dos Campos Gerais.

2.3 TURISMO DE AVENTURA

Sobre as atividades de Turismo de Aventura, o Ministério do Turismo (2010, p. 13), afirma que:

“Primeiramente entendido como uma atividade associada ao Ecoturismo, o Turismo de Aventura, atualmente, possui características estruturais e mercadológicas próprias. Conseqüentemente, seu crescimento vem trazendo um novo leque de ofertas, possibilidades e questionamentos, que precisam ser compreendidos para a viabilização da oferta do segmento com qualidade.”

Seguindo a mesma linha de pensamento, o Ministério do Turismo conceitua o Turismo de Aventura como atividade que compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.

Nesse sentido, não se pode confundir o turista de aventura com o esportista, uma vez que, mesmo praticando atividades semelhantes, os dois possuem objetivos diferentes.

Para que seja praticada uma atividade de Turismo de Aventura, os riscos devem ser avaliados, controlados e assumidos. Esses fatores devem ser executados não só pelo profissional responsável pela atividade, mas também pelo turista que, estando envolvido em uma atividade praticada, preferencialmente em meio natural e que desafia os limites do praticante, deve estar ciente e assumir os riscos oferecidos pelo segmento.

Para o Ministério do Turismo (2010, p. 18), seguem abaixo as principais atividades de Turismo de Aventura:

- **Arvorismo:** Locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas.
- **Bungee jump:** Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade.
- **Cachoeirismo:** Descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais.
- **Canionismo:** Descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.
- **Cavalgadas:** Percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Eqüestre.
- **Cicloturismo:** Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
- **Espeleoturismo:** Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística.
- **Espeleoturismo vertical:** Espeleoturismo de Aventura que utiliza técnicas verticais.
- **Escalada:** Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos.
- **Montanhismo:** Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.
- **Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues:** Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais.
- **Tirolesa:** Produto que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.
- **Bóia-cross:** Atividade praticada em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de bruços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal

da bóia e os pés na parte final da bóia, já praticamente na água. Também conhecida como acqua-ride.

- **Canoagem:** Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas.
- **Snorkeling:** flutuação com o uso de máscara e snorkel, em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salva-vidas.
- **Kitesurfe:** Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes.
- **Mergulho autônomo turístico:** mergulho autônomo no qual o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado.
- **Rafting:** Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis.
- **Windsurfe:** Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela.
- **Balonismo:** Atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto.
- **Paraquedismo:** Salto em queda livre com o uso de pára-quedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de Aventura, é caracterizado pelo salto duplo.
- **Voo Livre (Asa Delta ou Parapente):** Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (parapente).
- **Caminhada:** Percursos a pé em itinerário predefinido.
- **Caminhada (sem pernoite):** Caminhada de um dia. Também conhecida por hiking.
- **Caminhada de longo curso:** Caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros. Também conhecida por trekking.

As atividades de Caminhada, Caminhada sem pernoite e Caminhada de longo curso tratam-se do objeto deste trabalho, uma vez que o objetivo é desenvolver um guia contendo as trilhas de três Unidades de Conservação da Região dos Campos Gerais, no estado do Paraná.

Vale salientar que, devido a proximidade das características do Ecoturismo e do Turismo de Aventura, como pode ser analisado nos itens 1.1 e 1.2 deste trabalho, algumas atividades podem ser incluídas nos dois segmentos, levando sempre em consideração a motivação do turista e o ambiente em que a atividade está sendo praticada.

Segundo pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo (2010, p. 27), com turistas de aventura, pôde-se observar que:

“Por fim, do ponto de vista dos turistas, detecta-se que o Turismo de Aventura e o Ecoturismo podem ser alternativas para fugir da rotina, da mesmice, do estresse do dia a dia. Seja na prática de atividades ou no ócio (ou na combinação dos dois) o contato com a natureza é uma excelente rota para voltar a ser criança, sentir-se livre, sem obrigações e possibilidade de dar sentido à vida, de se humanizar.”

A partir disso, conclui-se que, além da aventura, diversão e diversas outras motivações, tanto o Ecoturista quanto o Turista de Aventura vêm nas atividades de contato com a natureza, oportunidades para resgatar as raízes perdidas no meio urbano, assim como inserir as novas gerações ao meio natural. Aí se pode notar que, ao buscar isso, turista de aventura preocupa-se também com a conservação e a proteção do meio natural, para que o sentimento especificado acima seja mantido e realimentado a cada visita à natureza.

Para a realização das atividades de Turismo de Aventura, existem normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas e Técnicas) que definem itens como: padrão dos equipamentos a serem utilizados. Já a ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Turismo e Turismo de Aventura) é responsável pela certificação e acompanhamento das empresas que realizam atividades de aventura.

No Brasil, a normatização e certificação do Turismo de Aventura ainda não são obrigatórias por lei. Trata-se, portanto, de itens facultativos para as empresas.

2.4 GEOTURISMO

A preocupação com a necessidade de proteção ao meio ambiente natural em geral estende-se também para a parte geológica do patrimônio natural, que corre iguais riscos acerca da degradação devido a urbanização e modernização global.

Diante disso, surge o Geoturismo, um segmento da atividade turística voltado ao patrimônio geológico.

Segundo NASCIMENTO et al. (2007), *apud* RUCHKYS (2007), Geoturismo trata-se de:

“um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra.”

Atividades relacionadas ao Geoturismo estão sendo desenvolvidas no Brasil e em todo o Planeta, visando à conservação da geologia. Como uma forma de incentivo e normatização do segmento, a rede “Geoparks” foi criada pela UNESCO, desenvolvendo um projeto que busca a criação de parques em locais que possuem patrimônio geológico de relevância.

Para o Ministério do Turismo (2010):

“Os Geoparques são reconhecidos pela UNESCO como uma área onde sítios do patrimônio geológico representam parte de um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável. Um geoparque deve gerar atividade econômica, notadamente por meio do turismo, e envolver um número de sítios geológicos de importância científica, raridade ou beleza, incluindo formas de relevo e suas paisagens. Aspectos arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais podem representar importantes componentes de um Geoparque.”

A rede exige dos parques participantes, ações como: inclusão da comunidade local, desenvolvimento de atividade turística que promova a interpretação ambiental, a sustentabilidade e principalmente a proteção ao patrimônio. Para que esses itens sejam assegurados, há constante inspeção e monitoramento dos parques que, caso não atendam aos requisitos, são excluídos da rede.

Como afirma a UNESCO (2006) *apud* Moreira (2008, p.96):

“Deve abranger um determinado número de sítios geológicos relevantes ou um mosaico de aspectos geológicos de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativo de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Além do significado geológico, deve também possuir outros significados, ligados à ecologia, arqueologia, história e cultura.”

Baseando-se na Rede Européia de Geoparques, que se iniciou em 2000, com Geoparques na Alemanha, Eslovênia e Grécia, a UNESCO criou em 2004 a Rede Mundial de Geoparques, em parceria com a União Internacional de Ciências

Geológicas. A Rede conta atualmente com 57 Geoparques em todo o mundo (Moreira 2008, p. 97)

O Ministério do Turismo (2010) afirma que: o Brasil já possui geoparques aspirantes, que estão se estruturando para a busca pelo reconhecimento da UNESCO, com destaque para: Quadrilátero Ferrífero (MG), Serra da Bodoquena–Pantanal (MS), Seridó (RN), Campos Gerais (PR), Cabo de Santo Agostinho (PE), Quarta Colônia (RS), entre outros.

O Geoturismo possui grande potencial de desenvolvimento nas Unidades de Conservação abordadas no presente trabalho, uma vez que as mesmas possuem beleza e cênica e relevância geológica, possibilitando a visita desses locais com tal finalidade.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

3.1 CONCEITOS

A crescente preocupação com o meio ambiente natural alcançou o Governo brasileiro que, com a finalidade de conservar as áreas naturais expressivamente importantes no país, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) tendo, no mesmo, a possibilidade de melhor monitoramento e gerenciamento dos locais de relevância ambiental no Brasil.

O Sistema de Unidades de Conservação pode ser entendido como um conjunto de áreas naturais protegidas capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação, quando planejado e manejado como um todo, contendo amostras representativas de toda a sua diversidade de biomas, ecossistemas e espécies (Milano, 1989).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e regulamentado em 22 de agosto de 2002 pelo Decreto nº 4.340, surgiu da necessidade de estabelecer critérios e normas para criar, implantar e gerir as Unidades de Conservação.

Segundo a Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000):

“Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

No quadro abaixo, pode-se observar as categorias nas quais as Unidades de Conservação brasileiras foram divididas, assim como os objetivos principais da criação e manutenção das mesmas:

Grupo de manejo	Categoria de manejo	Objetivos
Unidades de proteção integral	Estação Ecológica	Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Preservar a biota e os demais atributos naturais existentes em seus limites
	Parque Nacional	Preservar ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais de forma a assegurar condições para a existência e a reprodução de espécies ou comunidades da flora e fauna residente ou migratória
Unidades de uso sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-la com os objetivos de conservação da natureza
	Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, com ênfase em métodos de exploração sustentável de florestas nativas
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais
	Reserva de Fauna	Área natural com populações animais nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, adaptados às condições ecológicas locais e que desempenhem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica, pesquisa científica, visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais

Fonte: Lei no 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

As Unidades de Conservação podem ser públicas ou privadas, dependendo da situação em que se encontram, além de quais os recursos naturais que podem ser encontrados no local e da intenção do proprietário da área.

Nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por exemplo, os proprietários podem utilizar suas áreas para atividades relacionadas ao turismo, além de não interromperem suas atividades normais, desde que respeitem as normas a eles estipuladas pelo SNUC. Em contrapartida, ao conservar o patrimônio natural existente em sua propriedade, o proprietário recebe incentivos governamentais para o desenvolvimento de atividades sustentáveis e que gerem renda para o mesmo. As atividades são monitoradas e avaliadas periodicamente, a fim de analisar o desenvolvimento do local e estabelecer correções nas ações se necessário.

Já nas Unidades de Conservação públicas, como é o caso dos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, o gerenciamento é realizado por entidades públicas, necessitando assim, de desapropriação das terras envolvidas. Assim como estudo ambiental, desenvolvimento de plano de manejo e elaboração de uso público do local, além de monitoramento e manutenção freqüente das áreas.

Karen Lidiane Kobilarz¹, afirma que na reunião de planejamento de Marketing da Rota dos Tropeiros para o ano de 2011, foram estabelecidos como carro chefe da região os atrativos naturais, com enfoque principalmente no Parque Estadual de Vila Velha e Parque Estadual do Guartelá. Além disso, Karen declarou visualizar a utilização do Parque Nacional dos Campos Gerais como objeto de estudo e discussão para o desenvolvimento de atividades turísticas em Áreas Naturais pelo Grupo Gestor de Turismo de Ponta Grossa, Paraná.

A partir disso, neste trabalho, abordaremos as Unidades de Conservação mencionadas acima. Segue um estudo sobre esses tipos de UC`s.

3.1.1 Parque Nacional

Segundo o IBAMA, um parque nacional é uma área de conservação, geralmente de propriedade estatal, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

¹ Gerente da agência Rota dos Tropeiros, em entrevista concedida em 11/10/2011, às 11h30.

No Brasil há parques estaduais e parques municipais criados dentro da mesma legislação. Os três tipos de parques integram o SNUC- Sistema Nacional de Unidade de Conservação - Lei 9.985 de 2000. Os Parques Nacionais, assim como outras unidades de conservação federal, são geridos pela autarquia federal ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007.

O primeiro parque nacional criado no Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia, em 1937. Atualmente, o Brasil possui 310 Unidades de Conservação federais, segundo o ICMBio.

Este trabalho aborda o Parque Nacional dos Campos Gerais, localizado na região de mesmo nome, no estado do Paraná. Foi criado em 2006 e possui uma área de 21.500 há.

3.1.2 Parque Estadual

Um parque estadual é, no Brasil, um tipo de Unidade de Conservação regido por legislação específica e integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza(SNUC). Um parque estadual é similar ao parque nacional, porém é criado por lei estadual não nacional e eles são administrados por instituições de cada estado.

No presente trabalho, serão abordados os Parques Estaduais de Vila Velha (figura 01) e do Guartelá (figura 02), localizados nos municípios de Tibagi e Ponta Grossa, respectivamente. Ambos são administrados e geridos pelo IAP: Instituto Ambiental do Paraná.



Figura 01: Formações rochosas do Parque Estadual de Vila Velha (Fonte: acervo da autora)



Figura 02: Parque Estadual do Guartelá (Fonte: acervo da autora)

3.2 USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Como diz o Manual de Monitoramento e Gestão de Impactos da Visitação em Unidades de Conservação, (apud DOUROJEANNI & PÁDUA 2003):

“A utilização pública para visitação, em Unidades de Conservação traz inúmeros benefícios às mesmas, uma vez que, além de recursos econômicos, atividades de interpretação e educação ambiental podem ser desenvolvidas, estimulando assim a conservação dessas áreas.”

Porém, a necessidade de manutenção dessas UC traz a importância de planos e estratégias que busquem o manejo correto dessas áreas, a fim de conhecer e minimizar os impactos que a atividade turística/ recreacional pode causar.

Pensando nisso, o Programa Trilhas de São Paulo: Conhecer para Conservar elencou, em um de seus manuais, os impactos recreacionais que podem ser causados nas UC, sendo eles:

- 1) Impactos na água: a qualidade da água das UC pode se alterar devido ao contato corporal direto do visitante com a água por meio de atividades recreativas (natação e esportes aquáticos);
- 2) Impactos no solo: nessas áreas, a maioria dos impactos é gerada pela prática do trekking ², gerando compactação, aumento da densidade e resistência à penetração, mudanças na sua estrutura e estabilidade, perda da camada orgânica, redução das taxas de infiltração, aceleração e aumento da erosão. (HAMMIT & COLE, 1998).
- 3) Impactos na Vegetação: os danos provocados à vegetação ocorrem rapidamente durante as fases iniciais de uso da área. Muitos dos impactos também atingem níveis próximos ao máximo, mesmo em áreas pouco utilizadas. Isso comprova então, a fragilidade da vegetação diante de impactos causados por atividades recreativas. (HAMMIT & COLE, 1998).

Porém, o maior problema proveniente dos impactos sobre a vegetação é a dificuldade de regeneração da mesma, uma vez que algumas espécies morrem prematuramente e, nos locais onde o trânsito de pessoas é intenso, há maior dificuldade ainda para a reconstrução vegetal.

- 4) Impactos na fauna: os impactos gerados pelos visitantes na fauna geralmente são causados não intencionalmente, onde os turistas agredem a fauna devido a comportamentos que estressam os animais, modificando assim seu comportamento natural.

² Atividade que consiste em caminhar em trilhas com fins recreativos e de lazer.

Com a finalidade de mensurar e diminuir esses impactos, são desenvolvidos os planos de manejo das UC, que consistem, para MILANO (2001):

“o plano de manejo resulta do planejamento, considerado como uma técnica ou instrumento de organização de processos futuros que permite otimizar as ações destinadas a alcançar objetivos propostos, contendo as orientações e informações ao adequado desenvolvimento das atividades e ações necessárias para se alcançar os objetivos. Constitui-se no documento pelo qual se guiará o gestor da área nos seus trabalhos de administração”

Já segundo o ICMBio, o plano de manejo é: um documento técnico que visa levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação. Define objetivos Específicos de manejo orientando a gestão da Unidade de Conservação, além de promover o manejo da UC, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado.

Ou seja: o plano de manejo trata-se de um estudo realizado na UC com a finalidade de estabelecer regras de conduta e diretrizes para a utilização do local, de modo a diminuir impactos e utilizar a área de maneira sustentável.

O uso público consiste, essencialmente, na utilização das Unidades de Conservação, um exemplo disso, são as atividades de Turismo em áreas naturais, dentre as quais se podem citar as trilhas. No próximo item, serão explanados conceitos, definições e comentários acerca das mesmas.

3.2.1 Trilhas

Uma trilha ou roteiro interpretativo é simplesmente um caminho planejado para fins de interpretação, podendo fazer uso dos diversos meios anteriores. É geralmente tratado como trilha quando se refere a caminhos já demarcados e roteiro quando não, podendo ambos serem planejados tanto para o meio natural como urbano. Não se limitam a caminhadas, podendo ser planejadas para atender também a bicicletas, cavalos ou veículos motorizados.

Segundo ANDRADE (2008, P. 01):

“A principal função das trilhas sempre foi suprir a necessidade de deslocamento. Entretanto, ao longo do tempo houve uma mudança em tal função, ou seja, de um simples meio de deslocamento, as trilhas surgem como um novo meio de contato com a natureza, pois são normalmente umas das melhores opções aos turistas que visitam áreas protegidas ou não, o que permite maior familiaridade com o meio natural do mesmo.”

Para Rocha (2008, p. 06), provavelmente as mais antigas trilhas surgiram como conseqüência direta dos movimentos migratórios dos grandes mamíferos, principalmente herbívoros, fugindo do inverno rigoroso. O ser humano começou a utilizar e/ou estabelecer trilhas para vários fins, desde a simples procura de alimento (trilhas para caça) e água, até peregrinações religiosas, viagens comerciais e ações militares.

Segundo Murta e Goodey (2002, p.36), trilha "[...] é uma rota, já existente ou planejada, que liga pontos de interesse em ambientes urbanos ou naturais". Os "pontos de interesse" citados pelas autoras são aqueles vistos durante o caminho, mas a orientação necessária para percebê-los só pode ser dada pela interpretação. Assim tudo dependerá da interpretação da trilha.

As trilhas estão hoje intimamente associadas ao ecoturismo. São caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, com objetivo de aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através do contato com a natureza. Em áreas naturais protegidas, um sistema de trilhas é formado por um conjunto de caminhos e percursos construídos com diversas funções, desde vigilância até o turismo (Pagani *et al.*, 1995. *apud* ANDRADE 2008)

Uma trilha interpretativa é caracterizada por vários fatores que a limitam a certos aspectos. Como por exemplo, há fatores ambientais que causam uma ação direta na utilização de trilhas interpretativas ou ainda alguns métodos que podem definir que tipo de trilha será feito. Isso é importante para seu funcionamento, mas antes de tudo, ela sempre possuirá uma estreita relação com o ecoturismo, pois além de interpretar a atividade turística busca mudar a postura do ser humano perante a natureza, dando ao mesmo uma consciência ecológica capaz de manter o equilíbrio do meio ambiente (CAMPOS E FERREIRA, 2006. *Apud* GONÇALVES 2009).

A real implantação de unidades de conservação e sistemas de trilhas é atualmente de extrema importância. Ao longo dos últimos anos, a sociedade de uma forma geral vem pressionando os governantes para dedicarem maior atenção às áreas naturais e realizarem sua efetiva implantação e conservação. Este processo aliado ao incremento do ecoturismo, faz-nos crer que num futuro próximo nossas áreas estarão organizadas (ROCHA, 2008, p. 5).

3.2.1.1 Classificação das trilhas

As trilhas podem ser classificadas de acordo com a sua função, forma e grau de dificuldade.

Quanto á função, as trilhas podem ser classificadas como diz ROCHA (2008, p 6) As trilhas são utilizadas de diferentes maneiras, uma delas em serviços administrativos – normalmente realizados por guardas ou vigias, em atividades prioritárias de fiscalização e patrulhamento (a pé ou a cavalo) ou pelo público visitante - em atividades educativas e/ou recreativas . Nestes casos, podem ser divididas em trilhas de curta distância - até 2.500 m de extensão - as chamadas trilhas de interpretação (“Natural Trails”); média distância - 2.500 m a 5.000 m; ou de longa distância (“Wilderness Trails”) – acima de 5.000 m. Trilhas de curta distância apresentam caráter recreativo e educativo com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural. Já as de longa distância apresentam caráter recreativo, como viagens de travessia.

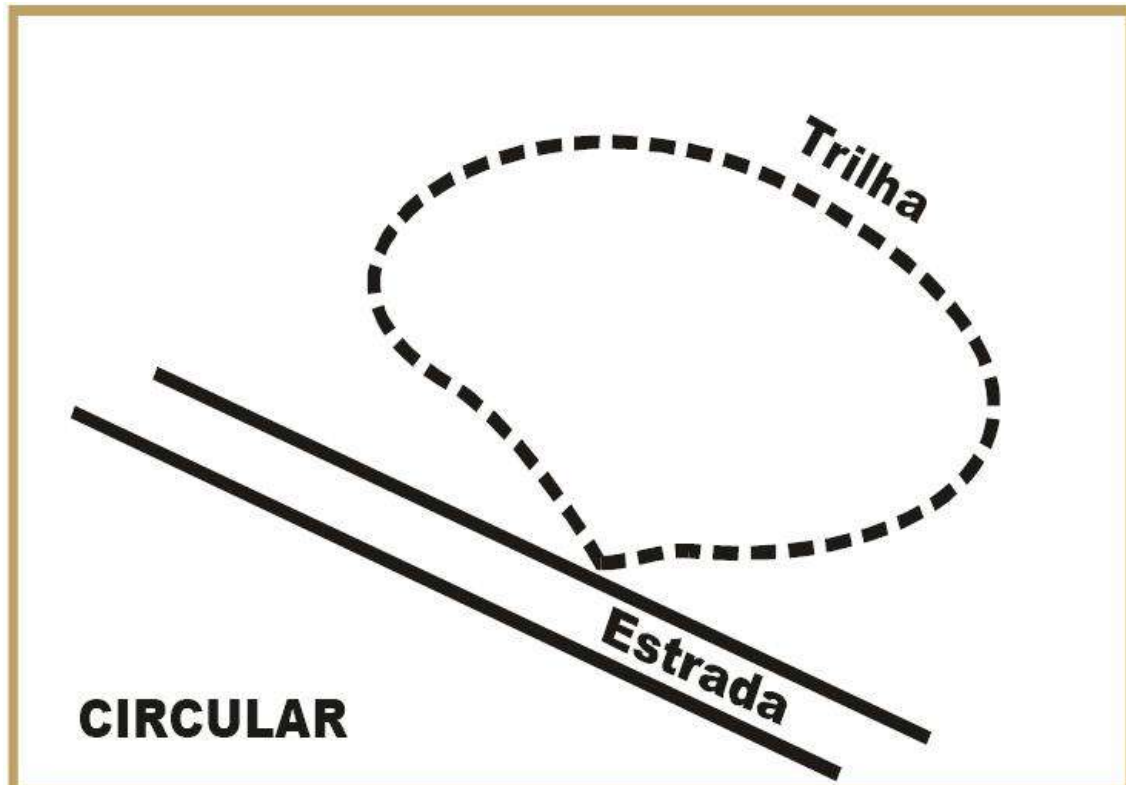
Ao caminhar e percorrer uma trilha interpretativa, o turista tem acesso a informações sobre o local que está visitando, conhecendo o ecossistema por meio do contato direto com o mesmo, além de receber dados a partir de um guia (no caso das trilhas guiadas) ou de placas e painéis (quando está em uma trilha auto-guiada). Conhecendo o ambiente e suas fragilidades, o visitante passa, mesmo que involuntariamente, a cuidar do mesmo, afim de conservar o local para um possível retorno.

No caso das trilhas auto-guiadas, o visitante possui mais liberdade para percorrer o caminho, quando se diz respeito à velocidade e forma de interpretação. As informações são passadas através de imagens e palavras, reservando ao turista uma forma individual de compreender o ambiente. Por outro lado, podem surtir menor efeito na sua conservação, uma vez que não possuem monitoramento e o visitante fica livre para realizar suas ações.

Já nas trilhas denominadas guiadas, o turista faz o percurso com a supervisão e o apoio de um guia, que pode ser tanto individual quanto para grupos. Diante disso, o guia pode explicar aos visitantes as características e curiosidades do local que estão visitando, além de supervisionar e controlar as ações dos indivíduos, no que respeito ao descarte do lixo, sair da trilha, utilização de atalhos, entre outros itens.

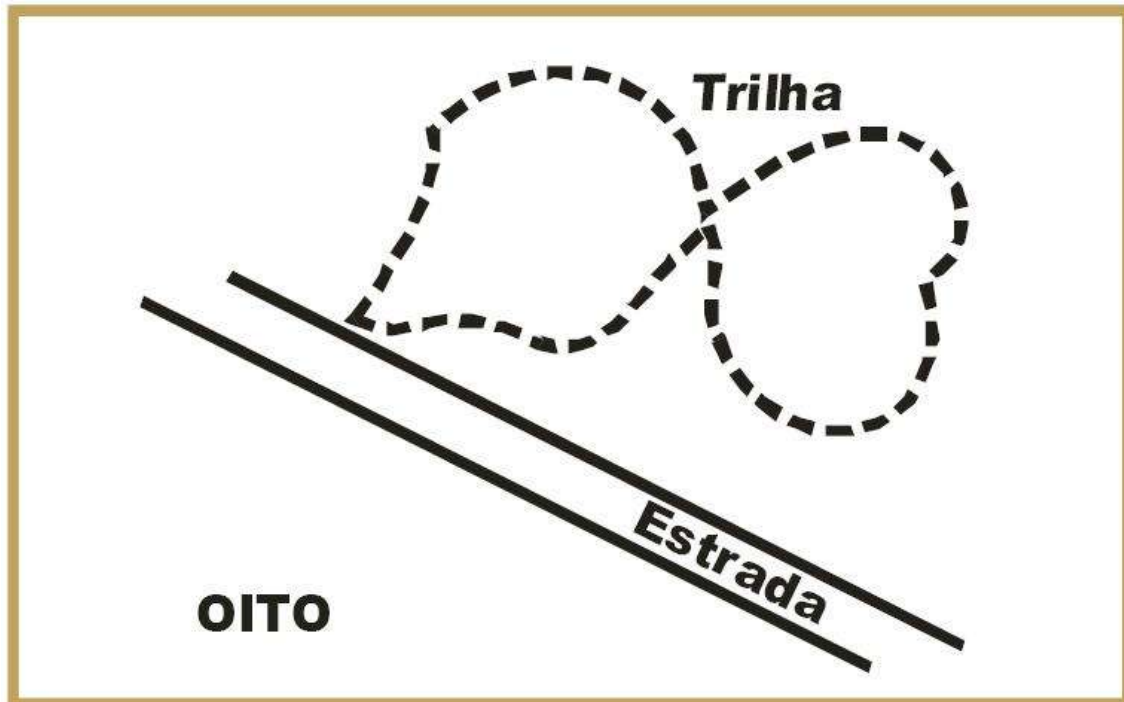
Quanto à forma, as trilhas podem ser circulares, em forma de oito, lineares ou atalho.

A trilha circular é assim denominada porque trata-se de um percurso pelo qual o percurso é realizado e volta-se ao ponto de partida sem repetir o trajeto, como mostra a figura abaixo:



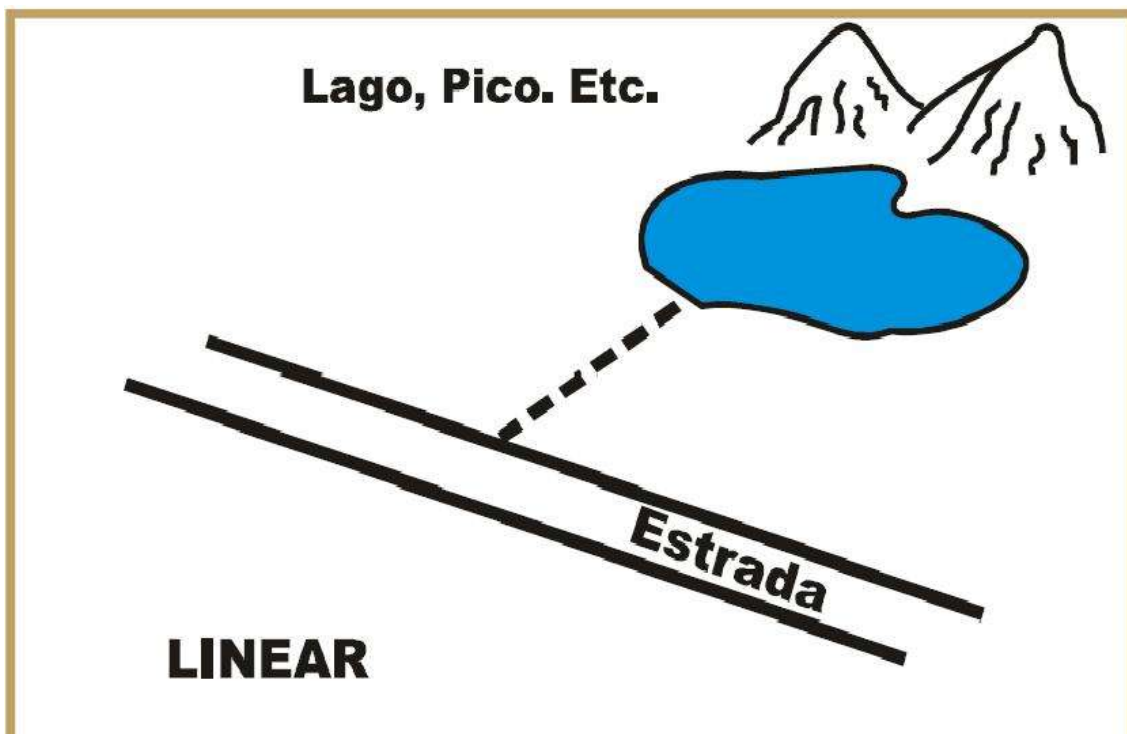
Fonte: ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. Manual de trilhas: um manual para gestores (p. 08)

As trilhas denominadas “oito” levam esse nome porque possuem o trajeto em forma do número oito. Proporcionam um maior aproveitamento de um local, principalmente quando ele é limitado.



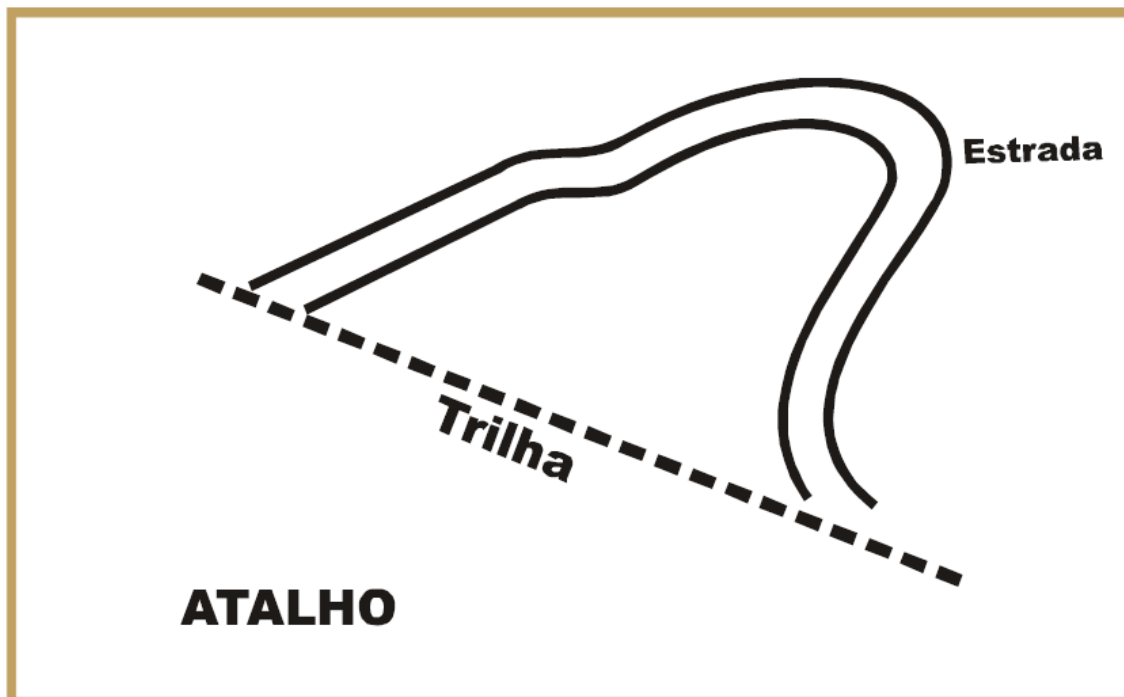
Fonte: ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. Manual de trilhas: um manual para gestores (p. 08)

As trilhas em formato linear, são as mais comuns e as mais encontradas. Tratam-se de caminhos que conectam o principal a algum atrativo. Vão e voltam pelo mesmo caminho e mostram aos transeuntes a mesma paisagem na ida e no retorno.



Fonte: ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. Manual de trilhas: um manual para gestores (p. 09)

Já as trilhas denominadas atalhos possuem início e fim em pontos diferentes do caminho principal. Como se pode observar na figura a seguir:



Fonte: ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. Manual de trilhas: um manual para gestores (p. 09)

Quanto ao grau de dificuldade, existem várias classificações, que variam desde a extensão da trilha até o grau de inclinação da rampa média das trilhas.

Para este trabalho, adotaremos a classificação utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS (2003):

- a)** Trilha leve: com distância de até 500 m, exigindo pouco esforço físico, sem apresentar obstáculos e não exigindo qualquer técnica específica;
- b)** Trilha moderada: com distância de até 1.500 m, exigindo esforço físico moderado, apresentando pequenos obstáculos, como desníveis, escadas, pedras, troncos, riachos, mas não exigindo técnica específica;
- c)** Trilha avançada: distância superior a 1.500 m, exigindo esforço físico intenso, apresentando obstáculos e exigindo o uso de técnicas específicas, como natação e escalada.

As trilhas são instrumento de contato do visitante com o meio ambiente natural, constituindo a maneira mais comum de se conhecer uma UC. Diante disso, tornam-se importante ferramenta para o turismo, para a manutenção da UC e para o desenvolvimento de interpretação e educação ambiental.

No próximo item, uma explanação acerca das Unidades de Conservação abordadas no presente trabalho: Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Guartelá e Parque Nacional dos Campos Gerais.

3.3 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

Segundo o Plano de Manejo (2004), o Parque Estadual de Vila Velha está localizado a 18 km da cidade de Ponta Grossa, Pr, distando 80 km da capital Curitiba. Possui uma área de 3.122ha e foi criado em 12/10/1953, pela Lei nº 2.192.

Em 1966 o conjunto Vila Velha foi tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Geograficamente, Vila Velha se localiza a 25° 15' de latitude Sul e 50° 00' de longitude Oeste, altitude de 917 m. A área apresenta vegetação de campo e capões de mato esparsos, onde se destacam os Pinheiros do Paraná. O clima é mesotérmico com verões frescos e a topografia ondulada com escarpas, possuindo vários cursos d'água. Que deságuam no Rio Tibagi. Abriga uma fauna variada: Lobos Guará (raros), jaguatiricas, quatis, gatos-do-mato, iraras, furão, catetos, veados, tatus, pica-paus, pombas, perdizes, tamanduás bandeira e mirins, diversos tipos de aves.

O Parque é formado por três atrativos principais: arenitos, furnas e Lagoa Dourada.

A sua formação arenítica é o resultado do depósito de um grande volume de areia há aproximadamente 340 milhões de ano, no período carbonífero, quando esta região estava coberta por um lençol de gelo. Com o degelo, esse material foi ali abandonado e, com a erosão normal e as águas dos riachos da frente glassiária engrossando, esses depósitos foram retalhados, originando os arenitos de Vila Velha. Está exposta à ação atmosférica e suas formações sugerem variadas figuras como: camelo, índio, noiva, garrafa, bota, esfinge, taça, etc.

As furnas, distantes 3 km dos arenitos, são crateras com mais de 100 metros de profundidade de 100 metros com volume de água que atinge até 50 metros. Existem três delas no Parque, como diz o site oficial da UEPG, ambas têm origem na estrutura falhada e fragmentada do arenito que concentra e orienta a circulação das águas subterrâneas através de canais em regime torrencial, abrindo, pela desagregação e remoção da areia em profundidade, grandes anfiteatros em forma

de cúpula junto às linhas de falhamentos ou nas intercessões com fraturas transversais.

A Lagoa Dourada, assim chamada pela coloração obtida antigamente pelos raios de sol em contato com a mica ou malacacheta encontrada no solo. Hoje em dia, essa coloração não é mais atingida, uma vez que o assoreamento modificou a composição do fundo da mesma. A Lagoa Dourada, com 320 m de diâmetro e com profundidade menor a 3 m. A responsabilidade administrativa do parque é do IAP (Instituto Ambiental do Paraná). (Plano de Manejo, 2004). O acesso se dá pela rodovia BR 376 (Ponta Grossa -Curitiba), Km 28 a partir de Ponta Grossa.



Foto: Parque Estadual de Vila Velha. Lagoa Dourada. (Fonte: acervo da autora)

3.4 PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ

O *Canyon* do Guartelá é uma garganta retilínea com cerca de 30 km de extensão e desnível máximo de 450 m. Foi escavado pelo Rio Iapó, que é afluente da margem direita do Tibagi, que vai desaguar no Paranapanema, da bacia do Rio Paraná. As escarpas do *Canyon* do Guartelá são sustentadas pelo Arenito Furnas (Devoniano da Bacia do Paraná), cujas excelentes exposições permitem subdividi-lo em três sub-unidades com características distintivas. Abaixo do Arenito Furnas

aparecem ainda a Formação Iapó (Siluriano, unidade basal da Bacia do Paraná na região) e o Grupo Castro (seqüência vulcano-sedimentar do Ordoviciano). Sobre as rochas deste último corre o Rio Iapó, formando cachoeiras e corredeiras. O Arenito Furnas apresenta marcante erosão diferencial, controlada pelas variações de atributos da rocha e estruturas sedimentares e rúpteis, gerando relevo ruíniforme.

No local existem cavernas esculpidas no Grupo Castro (Gruta da Pedra Ume) e muitas lapas do Arenito Furnas formando abrigos naturais onde são encontradas pinturas rupestres, artefatos líticos e restos de cerâmica de grupos de paleoíndios. Além disso, os solos rasos e pobres do Arenito Furnas e o isolamento imposto pela escarpa propiciaram a preservação de cerrados, vegetação outrora difundida na região, quando o clima era mais seco que o atual. (Melo, M.S. 2000).

Nas áreas de altitude, a vegetação se caracteriza por campos nativos ou estepe de gramíneas baixas, consideradas as formações florísticas mais antigas do estado. Biólogos já encontraram na região espécies de plantas só vistas em lugares distintos: samambaias e xaxins típicos da mata atlântica, cactos encontrados na caatinga e imbirá e Cambuí que foram à vegetação de banhados. No Guartelá está ainda a área de cerrado mais ao sul do continente, característica própria da região Centro-Oeste do Brasil. Entre as principais espécies estão a Araucária, o pessegueiro-bravo, o angico, a copaíba, o barbatimão, o marmeleiro, o ipê amarelo, o cedro e a erva-mate. Tem ainda orquídeas, bromélias, cactos, a carqueja, o jerivá e o xaxim.

O Parque Estadual do Guartelá está situado na cidade de Tibagi (PR). Foi criado em 1992 e é administrado pelo IAP-Instituto Ambiental do Paraná.

Existem duas opções de trekking pelo parque: uma trilha que leva ao mirante, e outra que visita as inscrições rupestres. Esta última precisa ser agendada com antecedência no Centro de Visitantes, pois é uma trilha longa, com algumas restrições.



Foto: Parque Estadual do Guartelá. (Fonte: acervo da autora)

3.5 PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS

Segundo o IBAMA, abrangendo os municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, o Parque Nacional dos Campos Gerais, com 21.500 ha, foi criado em março de 2006 com o objetivo de proteger nascentes, campos, remanescentes de araucárias e ainda barrar o avanço das áreas agricultáveis que crescem por todos os lados.

A paisagem é caracterizada pela presença de araucárias, e também por ter 30% de toda a sua área coberta por campos naturais, um ecossistema bastante ameaçado. Atualmente, restaram apenas 0,2% da cobertura original desse tipo de formação no país. Além dos afloramentos rochosos há também diversos sítios com pinturas rupestres e manifestações indígenas. A flora apresenta plantas endêmicas como a palmeira anã, alguns tipos de cactus e ciperáceas.

Como atrativos principais do Parque, podemos destacar o “Buraco do Padre”³, a Cachoeira do Rio São Jorge⁴ e a Cachoeira da Mariquinha⁵.

O Parque ainda está em fase de implantação, uma vez que a maior parte da área de sua abrangência é particular, necessitando assim de desapropriação e indenização aos proprietários.

A UC será administrada pelo ICMBio, que já iniciou as atividades na região e pretende, um a um, regularizar os atrativos contidos no Parque.

Vale salientar que o processo para regulamentação e implantação do Parque pode ser lento, portanto, o turista que desejar visitar os locais contidos nesta UC deverão estar cientes da precariedade na estrutura e do possível uso indiscriminado do local.

³ Distante 26 km de Ponta Grossa, o buraco é uma espécie de anfiteatro subterrâneo com uns 30 metros de diâmetro, onde uma queda d’água com cerca de 45 metros formada pelo rio Quebra-Perna despenca do alto. Nas paredes, plantas rupestres proliferam esverdeando o cenário.

⁴ O rio São Jorge corre inicialmente sobre lajeados da formação furnas, depois despenca numa queda livre de aproximadamente 20 metros, ao longo da qual aparecem os conglomerados da base da Formação Furnas.

⁵ A cachoeira da Mariquinha é freqüentada por famílias que acampam e acabam deixando resíduos. O responsável recolhe uma taxa para manutenção. Ao lado direito da trilha que segue até a cachoeira, formações mostram as camadas geológicas de rocha onde se pode observar as mudanças da região.

4 PROPOSTA: “GUIA TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS”

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a proposta de elaboração do Guia: Trilhas dos Campos Gerais. O Guia será baseado no Projeto Trilhas de São Paulo, desenvolvido no estado de São Paulo e pretende, através da divulgação de informações acerca das Unidades de Conservação abordadas, desenvolver o Turismo em áreas naturais na região dos Campos Gerais.

4.1 PROJETO TRILHAS DE SÃO PAULO: CONHECER PARA CONSERVAR

O projeto foi criado em 2008, em uma parceria entre a ABETA (Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura), Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do estado de São Paulo, Instituto Ilhabela Sustentável e o WWF. Trata-se de um instrumento que através de um guia de bolso e de um site, apresenta aos turistas cerca de 40 trilhas existentes nas 19 unidades de conservação de São Paulo. (São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 2008)

O guia impresso contém, em sua apresentação, uma série de dicas sobre a maneira de agir no ambiente natural, formas de minimizar o impacto a ser gerado e com isso, conservar o meio ambiente. Apresenta também, diretrizes de comportamento nas mais variadas situações em meio natural, como proceder, por exemplo, no momento de encontro com animais silvestres.

Após conhecer melhor o meio natural, o guia traz ao visitante uma legenda com explicações sobre figuras, siglas e demais informações com as quais o mesmo pode se deparar ao percorrer as trilhas contidas no guia. Essas informações são úteis de forma geral para o turista, uma vez que facilita a compreensão do meio natural em qualquer parte do país.

De extrema importância, há um item no web site do projeto com explicações detalhadas sobre as unidades de conservação abordadas no mesmo. O item apresenta informações como horário de funcionamento, localização, acesso e atrativos encontrados nos parques, com dados precisos sobre a fauna e flora de cada UC. Ao saber o que irá encontrar no local a ser visitado, o turista tem a oportunidade de escolher com maior clareza os parques de maior interesse pessoal para visita, auxiliando assim na experiência a ser vivenciada.

Como parte principal do guia, pode-se encontrar informações sobre as quarenta trilhas catalogadas pelo projeto, sendo elas: localização, endereço, distância, acesso, extensão, tempo de percurso, piso da trilha, características

ambientais, tipo de trilha (guiada ou auto guiada), como agendar uma visita, telefone de contato da unidade de conservação a qual a trilha pertence e email.

Além disso, apresenta ao turista os horários de saída para a trilha, os atrativos existentes na mesma e a capacidade de carga do local. Fotos e mapas complementam as informações.

Ao final do guia, foi inserido um “glossário”, que traz esclarecimentos acerca de palavras e expressões típicas do ecoturismo.

Vale salientar que o projeto a fim de incentivar o turista a percorrer um número mais elevado de trilhas, desenvolveu o chamado “passaporte”, no qual, ao percorrer a trilha, o visitante carimba seu guia, deixando registrada sua passagem pelo local. O guia tem um valor simbólico de R\$5,00 (cinco reais), sendo que a verba arrecadada com a sua venda é destinada a manutenção das unidades de conservação do estado.

Com o passar do tempo, o projeto tomou proporções ainda maiores. Passou a colaborar da estruturação dos Parques, uma vez que, para entrar no projeto, a UC deveria estar de acordo com as exigências do mesmo. Foram então elaborados manuais de gestão e monitoramento de impactos nas trilhas, com a finalidade de capacitar os gestores e funcionários das UC acerca da utilização consciente dos recursos oferecidos pelo meio ambiente.

O principal objetivo trata-se de, por meio da divulgação das UCs, aumentar o fluxo de visitantes e, conseqüentemente, a atenção voltada para essas áreas; que, após a implantação do projeto, passaram a atribuir mais cuidados para minimizar os impactos causados pela visitaçãõ.

O projeto, a seguir, baseado no descrito acima pretende, por meio da criação de um guia de bolso, estimular a visitaçãõ e a conservaçãõ dos espaçõs apresentados no mesmo.



Foto: Guia Trilhas de São Paulo Fonte: WWW.vemconosco.wordpress.com (2009) (Acesso em 05/04/2011).

4.2 PROJETO “TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS”

Analisando o aspecto geológico e o relevo da região dos Campos Gerais, pode-se observar o potencial da região para atividades voltadas à prática do Turismo em Áreas Naturais. Diante disso torna-se relevante um estudo acerca das trilhas já existentes, tendo o objetivo de catalogá-las e de desenvolver um guia de bolso com as informações obtidas. A região dos Campos Gerais é relativamente pouco aproveitada para as atividades do Turismo, tendo em vista a diversidade e os aspectos naturais encontrados. O projeto “Trilha dos Campos Gerais” traz a possibilidade de maior conhecimento e visitação da região, podendo tornar-se um roteiro sólido e de relevância para o turismo local.

O projeto “Trilha dos Campos Gerais” pretende abordar a região dos Campos Gerais englobando as Unidades de Conservação: Parque Estadual de Vila Velha (Ponta Grossa), Parque Nacional dos Campos Gerais e Parque Estadual do

Quartelá (Tibagi), catalogando as trilhas já existentes no local por meio da criação de um guia contendo informações sobre esses locais, a fim de fomentar a visitação e o conhecimento da região.

4.2.1 Metodologia para desenvolvimento do Guia: Trilhas dos Campos Gerais

A metodologia utilizada para a construção do Guia é a bibliográfica baseada em informações obtidas em publicações do gênero; análise do projeto modelo “Trilhas de São Paulo” através do site e de publicações provenientes do projeto, além de informações obtidas com pessoas envolvidas no mesmo.

Para elaboração do projeto, foram buscadas informações com a administração dos municípios envolvidos. Além de visitas de campo às Unidades de Conservação abordadas no presente trabalho com a finalidade de conhecer e analisar os aspectos das trilhas a serem incluídas no projeto.

4.2.2 Conteúdo do Guia

O objetivo principal do Guia de trilhas dos Campos Gerais é estimular a visitação nas UCs e, assim, contribuir para uma melhor estruturação e conservação dessas áreas. Dessa forma, pretende-se adotar como conteúdo:

- Apresentação do Guia: texto breve de apresentação do Guia ao visitante.

“Seja bem-vindo às Trilhas dos Campos Gerais! Com esse guia, você poderá conhecer melhor as Unidades de Conservação aqui abordadas e enriquecer o seu passeio com informações sobre os locais e suas características principais. Aproveite o passeio para desfrutar com consciência da natureza a sua volta!”

- Texto com informações sobre o Guia e seu conteúdo, com o objetivo de familiarizar o visitante.

“Este é o guia Trilhas dos Campos Gerais. Com ele você poderá aprender um pouco mais sobre a região e as Unidades de Conservação aqui abordadas: Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Quartelá e Parque Nacional dos Campos Gerais.

Essas Unidades de Conservação foram criadas para proteger remanescentes de fauna e flora característicos da região. Portanto, ao percorrer os caminhos aqui mencionados, tome cuidado para que, ao visitar, você não interfira nesses ambientes.

Leve sempre consigo seus pertences pessoais, medicamentos e qualquer outro utensílio que julgue necessário para a realização da caminhada. Água, roupas leves, calçados confortáveis e câmera fotográfica são as principais recomendações do guia para você.

Fique atento aos horários de funcionamento da Unidade de Conservação que pretende visitar, assim como as instruções e exigências de comportamento.

Desfrute de cada momento em contato com a natureza que o cerca e lembre-se: as Unidades de Conservação são propriedades de todos! Portanto, conserve-as para que outras pessoas possam participar das mesmas experiências que você!

Boa visita e boa caminhada!"

- Texto do programa: "Pega Leve" sobre maneiras de se causar o mínimo impacto nas trilhas. O texto traz ao turista informações para sua proteção pessoal e também do local que está visitando.

Mínimo impacto em áreas naturais:

a) Planejamento é fundamental

- ✓ Entre em contato a administração da UC que você vai visitar para tomar conhecimento dos regulamentos e restrições existentes.
- ✓ Informe-se sobre as condições climáticas do local e consulte a previsão do tempo antes de qualquer atividade em ambientes naturais.
- ✓ Viaje em grupos pequenos. Grupos menores se harmonizam melhor com a natureza e causam menos impacto.

- ✓ Leve recipientes para depositar seu lixo e trazê-lo de volta, para não poluir o ambiente.
- ✓ Escolha a trilha que você vai percorrer de acordo com as suas habilidades e o seu condicionamento físico.

b) Você é responsável por sua segurança

- ✓ O salvamento em ambientes naturais é caro e pode levar dias. Portanto, não se arrisque sem necessidade.
- ✓ Deixe alguém de sua confiança com o roteiro e o tempo de sua permanência no local, para que, se necessário, ela acione o resgate.
- ✓ Informe a UC sobre sua visita.
- ✓ Tenha certeza de que você dispõe do equipamento apropriado para cada situação.
- ✓ Leve sempre os itens essenciais: lanterna, agasalho, canivete, capa de chuva, chapéu, estojo de primeiros socorros, alimento, água, mapa e bússola, mesmo em atividades com apenas um dia ou poucas horas de duração.
- ✓ Caso você não tenha experiência, não se arrisque sozinho.

c) Cuide dos locais por onde passa

- ✓ Mantenha-se nas trilhas pré-determinadas. Evite utilizar atalhos, pois estes favorecem a erosão e a destruição da vegetação.
- ✓ Remova todas as evidências de sua passagem.

d) Traga seu lixo de volta

- ✓ Se você pode levar uma embalagem cheia, pode trazê-la vazia na volta.
- ✓ Não queime nem enterre o lixo.
- ✓ Não use sabão em fontes de água.

e) Deixe cada coisa em seu lugar

- ✓ Não quebre ou corte galhos de árvores

- ✓ Tire apenas fotografias, deixe apenas pegadas e leve apenas suas memórias.

f) Não faça fogueiras

- ✓ Fogueiras enfraquecem o solo e podem causar incêndios.

g) Respeite os animais e as plantas

- ✓ Observe os animais à distância.
- ✓ Não alimente os animais.
- ✓ Deixe os animais domésticos em casa.
- ✓ Não colha flores e plantas silvestres.

h) Seja cortês com outros visitantes e com a população local

- ✓ Use roupas e equipamentos de cores neutras, para evitar a poluição visual em locais muito freqüentados.
- ✓ Trate os moradores da área com cortesia e respeito.
- ✓ Prefira contratar os serviços locais.

- Índice/ sumário das Trilhas contidas no Guia. Neste item, as trilhas catalogadas são citadas e também indicadas as páginas nas quais cada uma delas se encontra. As trilhas serão apresentadas no Guia de acordo com a ordem alfabética da Unidade de Conservação a qual elas pertencem.

Ex: Parque Estadual do Guartelá; Parque Estadual de de Vila Velha; Parque Nacional dos Campos Gerais. (Nesta ordem).

- Apresentação de cada trilha. O conteúdo deve ocupar duas páginas para cada trilha.

Já que as trilhas estarão organizadas de acordo com a Unidade de Conservação na qual elas estão inseridas, deve-se apresentar a UC em âmbito geral antes das trilhas. Essa apresentação deve ocupar uma página do Guia por UC.

Após a apresentação da UC, cada trilha deverá ser mencionada, preenchendo os seguintes itens:

1. Localização;

2. Acesso;
3. Extensão da trilha;
4. Tempo de percurso;
5. Nível de dificuldade;
6. Piso da trilha;
7. Características geológicas;
8. Características de fauna e flora;

Além disso, fotos e imagens da trilha e da Unidade de Conservação deverão ser incluídas, mostrando ao turista parte do que ele irá encontrar, com a sua visita.

4.2.3 Dimensões e outras características

O Guia deverá medir 12 centímetros de largura e 18 centímetros de altura, será confeccionado com papel reciclado, contendo, em sua totalidade, 25 páginas.

Além de indicar ao turista as trilhas, o guia poderá também ser utilizado como uma lembrança do local, uma vez que possui informações gerais acerca da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo em Áreas Naturais, em expansão devido ao crescimento urbano, desperta nas pessoas o desejo de sair da rotina tendo contato com a natureza. Diante disso, surgem e se fortalecem segmentos da atividade turística que proporcionam essas sensações para quem os pratica.

O Ecoturismo, Turismo de Aventura e Geoturismo possuem potencial elevado na região dos Campos Gerais, devido aos atrativos naturais encontrados na região, tanto de beleza cênica quanto de valor geológico e de importância para o ecossistema.

A partir disso, foi desenvolvido um estudo acerca desses segmentos e de três Unidades de Conservação da região, UCs essas consideradas as mais relevantes para o Turismo local, observando as características e potencialidades de cada uma delas.

Com esse estudo notou-se a viabilidade da construção de um mecanismo de fomento das atividades de Turismo de Natureza na região.

Analisando um exemplo aplicado no Estado de São Paulo, foi desenvolvido um Guia contendo informações sobre as trilhas existentes nas Unidades de Conservação abordadas (Parque Estadual de Vila Velha, Parque Estadual do Guartelá e Parque Nacional dos Campos Gerais), com o objetivo de divulgar e fomentar o turismo de natureza da região.

O guia contém informações sobre atitudes recomendadas em Unidades de Conservação, fornece dicas de como visitar essas UCs e, principalmente, apresenta informações sobre cada Unidade de Conservação e sobre as trilhas existentes na mesma.

Vale salientar que a inclusão de mapas de localização e geoprocessamento no conteúdo do guia seria de extrema importância, podendo estabelecer assim localizações precisas, além de detalhes como, por exemplo, o formato e a classificação das trilhas. Este item não foi incorporado a este trabalho devido aos custos deste procedimento.

O turismo de natureza, se praticado de acordo com os princípios da atividade, ou seja, de forma planejada e sustentável, pode trazer ao local benefícios econômicos, sociais, além de promover a educação ambiental através de atividades desenvolvidas em contato direto com a natureza, tornando-se um instrumento de sensibilização acerca da fragilidade e importância do ambiente natura

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, W. J.; ROCHA, R. F. da. **Manual de trilhas: um manual para gestores**. 2008.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Brasília, 2010.

Classificação de trilhas. Disponível em: < <http://www.brotas.sp.gov.br>>. Acesso em 15 de maio de 2011.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1994.

GONÇALVES, Glória, Maria, da. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PLANEJAMENTO E USO DAS TRILHAS ECOLÓGICAS INTERPRETATIVAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**. Brasília, 2009.

MCKERCHER B.; Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade. São Paulo: Contexto, 2002.

MELO, M. S. 2000. Canyon Guartelá. In: Schobbenhaus, C. Campos, D. A.;

MILANO, M. S. 2001. **Conceitos básicos e Princípios Gerais de Planejamento, Manejo e Administração de Unidades de Conservação**. In: FBPN (org.) Planejamento e Manejo de Áreas Naturais Protegidas. FBPN. Guaraqueçaba.

MOREIRA, Jasmine Cardozo; **PATRIMÔNIO GEOLÓGICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ATIVIDADES INTERPRETATIVAS, EDUCATIVAS E GEOTURÍSTICAS**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

MURTA; GOODEY, 2002. **Turismo: a relação do ecoturismo e das trilhas interpretativas**. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 05 de maio de 2010.

O que é Ecoturismo? Disponível em: <http://www.trilhaseaventuras.com.br/atividades/materia.asp?id_atividade=11&id=108>. Acesso em 10 de maio de 2011.

Parque Estadual de Vila Velha: Plano de Manejo. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>. Acesso em 10 de junho de 2011.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/>>. Acesso em 25 de março de 2011.

QUEIROZ, E. T.; Winge & M. Berbert-Born, M. (Ed.) **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigeb/sitio094/sitio094.htm>> acesso em 20 de julho de 2011.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente.** Campinas: Papirus, 1997.

SALVATI, S. S. Interpretação ambiental. In: MITRAUD, S. **Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável.** Brasília: WWF, 2003.

SAMPAIO, J. L. D. **Inventário digital da APA (Área de Proteção Ambiental) Carste Lagoa Santa e algumas implicações.** 2010. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. **Manual de Monitoramento e Gestão de Impactos da Visitação em Unidades de Conservação.** São Paulo: sem data.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Guia Trilhas de São Paulo: Conhecer para Conservar.** São Paulo, 2008.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 10 de maio de 2011.

Trilhas de São Paulo. Disponível em: <www.vemconosco.wordpress.com> Acesso em 05 de abril de 2011.

Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em 20 junho de 2011.

TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS

NOME: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE PARA EMERGÊNCIA: _____

“SEJA BEM-VINDO ÀS TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS! COM ESSE GUIA, VOCÊ PODERÁ CONHECER MELHOR AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AQUI ABORDADAS E ENRIQUECER O SEU PASSEIO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS LOCAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS. APROVEITE O PASSEIO PARA DESFRUTAR COM CONSCIÊNCIA DA NATUREZA A SUA VOLTA!”

“ESTE É O GUIA TRILHAS DOS CAMPOS GERAIS. COM ELE VOCÊ PODERÁ APRENDER UM POUCO MAIS SOBRE A REGIÃO E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AQUI ABORDADAS: PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA, PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ E PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS.

ESSAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FORAM CRIADAS PARA PROTEGER REMANESCENTES DE FAUNA E FLORA CARACTERÍSTICOS DA REGIÃO. PORTANTO, AO PERCORRER OS CAMINHOS AQUI MENCIONADOS, TOME CUIDADO PARA QUE, AO VISITAR, VOCÊ NÃO INTERFIRA NESSES AMBIENTES.

LEVE SEMPRE CONSIGO SEUS PERTENCES PESSOAIS, MEDICAMENTOS E QUALQUER OUTRO UTENSÍLIO QUE JULGUE NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA CAMINHADA. ÁGUA, ROUPAS LEVES, CALÇADOS CONFORTÁVEIS E CÂMERA

FOTOGRAFICA SÃO AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DO GUIA PARA VOCÊ.

FIQUE ATENTO AOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO QUE PRETENDE VISITAR, ASSIM COMO AS INSTRUÇÕES E EXIGÊNCIAS DE COMPORTAMENTO.

DEFRUTE DE CADA MOMENTO EM CONTATO COM A NATUREZA QUE O CERCA E LEMBRE-SE: AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SÃO PROPRIEDADES DE TODOS! PORTANTO, CONSERVE-AS PARA QUE OUTRAS PESSOAS POSSAM PARTICIPAR DAS MESMAS EXPERIÊNCIAS QUE VOCÊ!

BOA VISITA E BOA CAMINHADA!”

MÍNIMO IMPACTO EM ÁREAS NATURAIS:

A) PLANEJAMENTO É FUNDAMENTAL

- ✓ ENTRE EM CONTATO A ADMINISTRAÇÃO DA UC QUE VOCÊ VAI VISITAR PARA TOMAR CONHECIMENTO DOS REGULAMENTOS E RESTRIÇÕES EXISTENTES.
- ✓ INFORME-SE SOBRE AS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS DO LOCAL E CONSULTE A PREVISÃO DO TEMPO ANTES DE QUALQUER ATIVIDADE EM AMBIENTES NATURAIS.
- ✓ VIAJE EM GRUPOS PEQUENOS. GRUPOS MENORES SE HARMONIZAM MELHOR COM A NATUREZA E CAUSAM MENOS IMPACTO.
- ✓ LEVE RECIPIENTES PARA DEPOSITAR SEU LIXO E TRAZÊ-LO DE VOLTA, PARA NÃO POLUIR O AMBIENTE.

- ✓ ESCOLHA A TRILHA QUE VOCÊ VAI PERCORRER DE ACORDO COM AS SUAS HABILIDADES E O SEU CONDICIONAMENTO FÍSICO.

B) VOCÊ É RESPONSÁVEL POR SUA SEGURANÇA

- ✓ O SALVAMENTO EM AMBIENTES NATURAIS É CARO E PODE LEVAR DIAS. PORTANTO, NÃO SE ARRISQUE SEM NECESSIDADE.
- ✓ DEIXE ALGUÉM DE SUA CONFIANÇA COM O ROTEIRO E O TEMPO DE SUA PERMANÊNCIA NO LOCAL, PARA QUE, SE NECESSÁRIO, ELA ACIONE O RESGATE.
- ✓ INFORME A UC SOBRE SUA VISITA.
- ✓ TENHA CERTEZA DE QUE VOCÊ DISPÕE DO EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA CADA SITUAÇÃO.

- ✓ LEVE SEMPRE OS ITENS ESSENCIAIS: LANTERNA, AGASALHO, CANIVETE, CAPA DE CHUVA, CHAPÉU, ESTOJO DE PRIMEIROS SOCORROS, ALIMENTO, ÁGUA, MAPA E BÚSSOLA, MESMO EM ATIVIDADES COM APENAS UM DIA OU POUCAS HORAS DE DURAÇÃO.
- ✓ CASO VOCÊ NÃO TENHA EXPERIÊNCIA, NÃO SE ARRISQUE SOZINHO.

C) CUIDE DOS LOCAIS POR ONDE PASSA

- ✓ MANTENHA-SE NAS TRILHAS PRÉ-DETERMINADAS. EVITE UTILIZAR ATALHOS, POIS ESTES FAVORECEM A EROÇÃO E A DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO.
- ✓ REMOVA TODAS AS EVIDÊNCIAS DE SUA PASSAGEM.

D) TRAGA SEU LIXO DE VOLTA

- ✓ SE VOCÊ PODE LEVAR UMA EMBALAGEM CHEIA, PODE TRAZÊ-LA VAZIA NA VOLTA.
- ✓ NÃO QUEIME NEM ENTERRE O LIXO.
- ✓ NÃO USE SABÃO EM FONTES DE ÁGUA.

E) DEIXE CADA COISA EM SEU LUGAR

- ✓ NÃO QUEBRE OU CORTE GALHOS DE ÁRVORES
- ✓ TIRE APENAS FOTOGRAFIAS, DEIXE APENAS PEGADAS E LEVE APENAS SUAS MEMÓRIAS.

F) NÃO FAÇA FOGUEIRAS

- ✓ FOGUEIRAS ENFRAQUECEM O SOLO E PODEM CAUSAR INCÊNDIOS.

G) RESPEITE OS ANIMAIS E AS PLANTAS

- ✓ OBSERVE OS ANIMAIS À DISTÂNCIA.
- ✓ NÃO ALIMENTE OS ANIMAIS.
- ✓ DEIXE OS ANIMAIS DOMÉSTICOS EM CASA.
- ✓ NÃO COLHA FLORES E PLANTAS SILVESTRES.

H) SEJA CORTÊS COM OUTROS VISITANTES E COM A POPULAÇÃO LOCAL

- ✓ USE ROUPAS E EQUIPAMENTOS DE CORES NEUTRAS, PARA EVITAR A POLUIÇÃO VISUAL EM LOCAIS MUITO FREQUENTADOS.
- ✓ TRATE OS MORADORES DA ÁREA COM CORTESIA E RESPEITO.
- ✓ PREFIRA CONTRATAR OS SERVIÇOS LOCAIS.

Sumário:

Parque Estadual do Guartelá.....	12
Trilha para o mirante.....	13
Trilha para as pinturas Rupestres.....	15
Parque Estadual de Vila Velha.....	16
Trilha.....	17
Parque Nacional dos Campos Gerais.....	19
Buraco do Padre.....	20
Cachoeira da Mariquinha.....	22
Cachoeira do Rio São Jorge.....	24

Parque Estadual do Guartelá

O Parque Estadual do Guartelá está situado na cidade de Tibagi (PR). Foi criado em 1992 e é administrado pelo IAP- Instituto Ambiental do Paraná.

Existem duas opções de caminhada pelo parque: uma trilha que leva ao mirante, e outra que visita as inscrições rupestres. Esta última precisa ser agendada com antecedência no Centro de Visitantes, pois é uma trilha longa, com algumas restrições.



Fonte: acervo da autora

Trilha para o Mirante

1. Localização: município de Tibagi.
2. Acesso: Rod. PR 340
3. Extensão da trilha: 2.500metros
4. Tempo de percurso: aproximadamente 3 horas.
5. Nível de dificuldade: moderado
6. Piso da trilha: misto: natural e suspensa (madeira)
7. Características geológicas: formação de cânion.
8. Características de fauna e flora: vegetação de campos, cerrado, florestas de araucárias e remanescentes de Mata Atlântica.



Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora

Trilha para pinturas rupestres

1. Localização: município de Tibagi.
2. Acesso: Rod. PR 340
3. Extensão da trilha: 3.000 metros
4. Tempo de percurso: aproximadamente 4 horas
5. Nível de dificuldade: moderado
6. Piso da trilha: suspenso (Madeira)
7. Características geológicas: presença de pinturas rupestres em paredões do cânion.
8. Características de fauna e flora: vegetação de campos, cerrado, florestas de araucárias e remanescentes de Mata Atlântica.
9. Observações: é obrigatório agendamento prévio e acompanhamento com um guia.



Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora

Parque Estadual de Vila Velha

Segundo o Plano de Manejo (2004), o Parque Estadual de Vila Velha está localizado a 18 km da cidade de Ponta Grossa, Pr, distando 80 km da capital Curitiba. Possui uma área de 3.122ha e foi criado em 12/10/1953, pela Lei nº 2.192.

Em 1966 o conjunto Vila Velha foi tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

O Parque é formado por três atrativos principais: arenitos, furnas e Lagoa Dourada.

Coordenadas geográficas: 25° 12'34" e 25° 15'35" de latitude S, 49 ° 58'04" e 50 ° 03'37"

Horário de funcionamento: de quarta à segunda, das 8 às 17:30 horas, sendo que a bilheteria fecha às 15:30 horas.



Fonte: acervo da autora

Trilha

1. Localização: há 10 km do município de Ponta Grossa, Pr.
2. Acesso: o acesso ao Parque se dá pela rodovia BR-376
3. Extensão da trilha:
 - 1.100 metros para os arenitos
 - 900 metros: ligando Furnas a Lagoa Dourada
4. Tempo de percurso: aproximadamente 40 minutos
5. Nível de dificuldade: Leve
6. Piso da trilha: Pedra São Tomé e paralelepípedo
7. Características geológicas: presença de arenitos formação "Vila Velha" e de furnas.
8. Características de fauna e flora: Vegetação de campos. Presença de animais como: Lobo Guará, onça parda, peixe traíra e bagre.



Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora

Parque Nacional dos Campos Gerais

Como atrativos principais do Parque, podemos destacar o “Buraco do Padre”, a Cachoeira do Rio São Jorge e a Cachoeira da Mariquinha.

O Parque ainda está em fase de implantação, uma vez que a maior parte da área de sua abrangência é particular, necessitando assim de desapropriação e indenização aos proprietários.

A UC será administrada pelo ICMBio, que já iniciou as atividades na região e pretende, um a um, regularizar os atrativos contidos no Parque.

Buraco do Padre

1. Localização: aproximadamente 30 km do centro da cidade de Ponta Grossa
2. Acesso: Rod PR 513 (“Rodovia do Talco”)
3. Extensão da trilha: 1km
4. Tempo de percurso: aproximadamente 40 minutos
5. Nível de dificuldade: moderado
6. Piso da trilha: solo natural; pedras
7. Características geológicas: formação de fuma com cachoeira de 30m de altura no seu interior.
8. Características de fauna e flora: mata de bosque e campos. Presença de animais típicos da região: lobo-guará, por exemplo.
9. Observações: Horário de Visitação: quarta-feira à domingo das 8hs às 18:30hs. Entrada: Gratuita



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Cachoeira da Mariquinha

1. Localização: 30 km do centro da cidade de Ponta Grossa
2. Acesso: Rod. PR 513 (“Rodovia do Talco”)
3. Extensão da trilha: 800 m.
4. Tempo de percurso: aproximadamente 20 minutos
5. Nível de dificuldade: moderado
6. Piso da trilha: natural; solo compactado
7. Características geológicas: presença de arenitos, formação de uma cachoeira com 30 m de altura.
8. Características de fauna e flora: mata de campos
9. Observações: Horário de Visitação: 8h às 20h
Entrada: R\$ 4 por pessoa. Para acampamentos: R\$ 10



Fonte: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Cachoeira do Rio São Jorge

1. Localização: aproximadamente 15 km do centro da cidade de Ponta Grossa
2. Acesso: Av. Carlos Cavalcanti; Rod Arichermes Carlos Gobbo
3. Extensão da trilha: aproximadamente 500 metros.
4. Tempo de percurso: aproximadamente 25 minutos.
5. Nível de dificuldade: moderado
6. Piso da trilha: natural; solo compactado e pedras
7. Características geológicas: paredões de formação arenítica e quedas d'água.
8. Características de fauna e flora: vegetação de campos e animais típicos da região.
9. Observações: Horário: das 8h às 20h. Entrada: R\$ 6 o dia e para acampar R\$ 15.



Fonte: acervo da autora



Fonte: acervo da autora